

Observações sobre lógica, ontologia e semântica em Leibniz¹

Hans Burkhardt

ANALYTICA

volume 18
número 2
2014

Nos últimos 7 anos surgiram vários artigos sobre problemas lógicos e ontológicos em Leibniz, escritos por importantes historiadores da lógica, como, por exemplo, Benson Mates (1968, 1972), Jaakko Hintikka (1969) e Hide Ishiguro (1967, 1972). Essa discussão crítica de algumas questões lógicas e filosóficas que aparecem nesses escritos orienta-se pelo importante livro *Leibniz's Philosophy of Logic and Language*, de Hide Ishiguro, publicado em 1972. Serão tratados os problemas da identidade (I), do estatuto ontológico da relação (II), da relação entre lógica e metafísica (III), do nominalismo (IV) e do "importe existencial" (V).

I

Especialmente B. Mates e H. Ishiguro examinam o, para Leibniz, fundamental problema da identidade. A definição leibniziana de identidade, baseada na substituição *salva veritate*, é uma das mais famosas e controversas teorias deste filósofo.² Surpreendente é o fato que apenas muito tardiamente tenha sido percebida a restrição a textos extensionais que Leibniz faz em algumas passagens. O primeiro a indicar tal restrição foi, segundo eu sei, Ignacio Angelelli, que a descobriu

1 Publicado originalmente em *Studia Leibnitiana*, 6, 1974, 49-68.

2 Mates (3) 99. "Ele dá duas definições (da identidade), ambas ocorrem em vários textos, e existem passagens onde ele sugere derivar uma da outra"

durante suas pesquisas sobre a distinção Fregeana entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*).³ B. Mattes⁴ também a descobriu depois, seguido então por H. Ishiguro.⁵ Ambos não se deram conta, todavia, do texto mais importante de Leibniz sobre isto. A formulação de Leibniz é normalmente:

(Dois) são o mesmo quando um pode ser substituído no lugar do outro sob preservação da verdade, como triângulo e trilátero, quadrângulo e quadrilátero.⁶

Em um texto em C 402-3 diz-se, todavia:

Quando o predicado ocupa a posição de sujeito de uma proposição afirmativa universal, ou o conseqüente ocupa a posição de antecedente numa proposição afirmativa, pode-se substituir sob preservação da verdade a proposição por outra onde o sujeito ocorre antes do predicado ou o antecedente antes do conseqüente. Exceções são, porém, as proposições reduplicativas nas quais afirmamos algo estritamente sobre o conceito que não queremos substituir por outro, pois são reflexivas com respeito ao pensamento assim como as proposições materiais (são reflexivas) com respeito ao signo.⁷

Leibniz afirma neste texto três coisas sobre as sentenças reduplicativas:

1) Nós falamos nelas exclusivamente sobre um termo (conceito), de forma que não pretendemos substituí-lo por um outro. 2) A classe das sentenças reduplicativas é uma subclasse das reflexivas. 3) Elas se comportam em relação ao pensamento assim como as sentenças materiais em relação à voz, ou seja, da palavra em sua função de signo material.

3 Angelelli (1) 46, 53, 112 e (2) 94s.

4 Mates (2) 351 e (3) 100.

5 Ishiguro (2) 23s.

6 “Eadem sunt quorum unum in alterius locum substitui potest, salva veritate, ut Triangulum et Trilaterum, Quadrangulum et Quadrilaterum”. SCU GP VII, 219: Leibniz passa no texto seguinte da substituíbilidade de termos *salva veritate* para substituíbilidade de sentenças *salva veritate*.

7 “Praedicatum in locum subiecte propositionis universalis affirmativae, vel consequens in locum antecedentis propositionis affirmativae, salva veritate substitui potest in alia propositione ubi subjectum prioris est praedicatum, vel ubi antecedens prioris est consequens. Excipiendae autem sunt propositiones reduplicativae in quibus nos testamur de termino aliquo ita stricte loqui ut alium substitui nolimus sunt enim reflexivae et respectu cogitationum se habent ut propositiones materiales respectu vocum.”

Essas afirmações contêm claramente uma série de problemas semânticos.

Para esclarecer (1), Leibniz emprega em geral sinônimos, como, por exemplo, triângulo e trilátero, por exemplo em C 261.

$A \infty B$ significa que A e B são o mesmo, i.e. que em qualquer lugar podem se substituir. (A não ser que seja proibido, quando acontece nelas que é dito algo sobre o termo sob certo respeito, p.ex. é certo, se triângulo e trilátero são o mesmo, porém se dizes que o triângulo enquanto tal tem 180 graus, isso não pode ser substituído por trilátero. Nesta há algo de material.)⁸

“Triângulo” e “trilátero” não podem, portanto, ser substituídos mutuamente em todos os casos. Depende do contexto. Angelelli observou corretamente que Leibniz distingue o significado e a referência de uma expressão, assim como Frege posteriormente, o qual, aliás, assumiu a definição de Leibniz da identidade com base no princípio de substituição.⁹ A referência de “triângulo” e “trilátero” é a mesma, eles se referem aos mesmo ser (ens), mas o seu sentido é diferente, mais exatamente: os conceitos triângulo e trilátero são idênticos, mas com outro sentido. Leibniz precisou esta diferença mais tarde, por exemplo no seu estudo do ano 1712 (12 de dezembro), no qual ele distigie *terminus* de *ens*:

Termos são uma coisa, entes são outra coisa, p.ex. triângulo e trilátero enquanto entes são o mesmo, mas são enquanto termos diferentes e formalmente diferentes, não materialmente. Assim, em (contextos) reduplicativos, o homem enquanto capaz de conhecimento, não é outro ente enquanto homem, mas outro termo.¹⁰

8 “ $A \infty B$ significat A et B esse idem, seu ubique sebi posse substitui. (Nisi prohibeatur, quod fit in iis, ubi terminus aliquis certo respectu considerari declaratur, v.g. licet trilaterum et triangulum sint idem, tamen si dicas triangulum, quatenus tale, habet 180 gradus; non potest substitui trilaterum. Est in eo aliquid materiale.)”

9 Angelelli (1) 47s.: Sentido como conceito em Frege.

10 “Interim aliud sunt Termini quam Entia, v.g. Triangulum et Trilaterum sunt idem Ens, sed sunt termini diversi differentque formaliter, no materialiter. Sic reduplicativi, veluti homo quatenus est scientiae capax, non est res alia quam homo, sed alius terminus.” GP II, 471.

Este texto faz claramente a distinção. A expressão “ens” corresponde à referência (objectum materiale) e o “terminus” ao sentido (objectum formale). Pode-se, além disso, reconhecer bem, que Leibniz, assim como posteriormente Frege, defende uma teoria semântica triádica.¹¹ Ela pode ser caracterizada como vox-terminus-ens, considerando-se que “terminus” está para o conceito ou a idéia concebida.¹² A semântica escolástica também é triádica e pode ser caracterizada pela tríade vox-intelectus-res (modi significandi, modi intelligendi, modi essendi).¹³ Também de outros textos de Leibniz pode-se eruir a sua semântica triádica. Apenas alguns: “Os signos são tão mais úteis, quanto mais eles expressam o *conceito* da *coisa* designada, de forma que eles não servem apenas para apresentar, mas também para um deduzir racional”.¹⁴ Também uma passagem de *Elementa calculi* (Abril 1679) seja citado: “estas características claras não são nada mais que as *expressões*, cujos conceitos compõem o *conceito* que nós temos de uma *coisa*.”¹⁵ Leibniz caracteriza a definição como uma *expressão* clara da *idéia* de uma *coisa*.¹⁶ Pergunta-se, portanto, se se faz juz à lógica de Leibniz quando se utiliza para a sua apresentação a semântica binária, típica desde Tarski e Carnap.¹⁷

Também nos NE Leibniz trata o tema sentido-referência e diz:

11 Angelelli (1) 43 “Assim nós vemos que a situação semântica deve ser expressa através de uma relação triádica. Designação (“a”, aspecto a, objeto)”. Sg. Mates (3) 11 e 19s; Bochenski (1) 29s. A semântica de Aristóteles; 83s. Semântica dos Estóicos.

12 Leibniz utiliza em algumas poucas passagens a palavra „terminus“ no sentido de „vox“, ou seja como signo materia da palavra, por exemplo em AVI, II, 411, EN 7-8 (1670) e C 50, FS 181 (1679); o terceiro significado é gramatical (sujeito ou predicado); sg. Ishiguro (2) 20.

13 De Rijk 112.

14 GPVII, 204, FS 111.

15 C 50, FS 181 EC (*Elementa calculi*).

16 GPVII, 27.

17 Também nas apresentações da lógica modal (Kripke) com auxílio da teoria Leibniziana dos mundos possíveis aparece uma semântica trinária, quando se fala de um saber analisado (*modus intelligendi*); Sg. Francesca Rivetti-Barbo: *Le “Menteur”: la racine de l’antinomie comme fondement de sa résolution dans une semantique a deux dimensions*. Em : *Akten des XIV Intern. Kongresses für Philosophie*; Wien 2-9 Setembro 1968 III, 7-10. Também como sistema de símbolos é a *Charakteristik* de Lesniewski mais adequada que o de Frege, como percebe Mates (1) 336.

Cependant on peut toujours dire dans l'abstrait, que (la triangularité n'est pas la trilateralité) ou que les raisons formelles du triangle et du trilatère ne sont pas les mêmes, comme parlent les Philosophes. Ces sont des different rapports d'une même chose.¹⁸

Compreendendo-se os sinônimos “triângulo” e “trilátero” como propriedades abstratas, torna-se claro que eles designam a mesma coisa sob diferentes perspectivas com auxílio de diferentes conceitos. Não se trata do mesmo conceito, como Ishiguro afirma.¹⁹ Os sinônimos “triângulo” e “trilátero” só podem ser predicados no tocante à sua referência e não no tocante ao seu sentido, pois triangularidade não é trilateralidade, mesmo que triângulo e trilátero sejam o mesmo.²⁰

Também em um texto publicado por Franz Schmidt, Leibniz apresenta claramente sua clara posição com relação a isto. Ele utiliza a expressão “modus concipiendi”, o qual lembra em muito a expressão escolástica “modus intelligendi”.

Se A é B e B é A, então eles A e B se chamam “o mesmo”. Ou A e B são o mesmo, quando eles podem ser mutuamente substituídos. No entanto, deve-se excluir aqueles casos, nos quais não se trata da coisa mesma, mas sim o modo de compreensão, através do qual as expressões se distinguem; assim, Pedro e o apóstolo, o qual negou Cristo são o mesmo, e uma expressão pode ser substituída pela outra, quando eu não me refiro ao modo de compreensão mesmo, o que alguns chamam de “reflexivo”. Se eu digo “Pedro, enquanto ele foi o apóstolo que negou Cristo, pecou”, eu não posso dizer: “Pedro, enquanto ele foi Pedro, pecou”.²¹

As expressões “reduplicativo” e “reflexivo” são utilizadas por Leibniz como sinônimos neste texto, mas em outros escritos se percebe que as sentenças reduplicativas são uma subclasse das reflexivas. (ad.2)²²

18 NE A VI, VI 363.

19 Ishiguro (2) 63.

20 Contra Ishiguro (2) 41.

21 FS 460 e 475.

22 P.e. A VI, I 89; C 402-3; Kauppi 86-7.

Na terceira afirmação sobre as sentenças reduplicativas, Leibniz, em conexão com a tradição escolástica, fala da *vox* como signo material da palavra. Sentenças materiais reflexivas referem-se à palavra falada ou escrita como signo, i.e. no sentido material. Isso corresponde ao que os escolásticos chamaram de “suposição material”. Também nos NE Leibniz fala sobre isso, quando ele escreve:

Algumas vezes se fala até mesmo sobre as palavras no sentido material, sem que se possa em tais contextos colocar a referência no lugar da palavra. Isso não acontece apenas quando se fala como gramático, mas também quando se fala como lexicógrafo, ao se dar uma explicação do nome.²³

As sentenças reduplicativas se referem, todavia, em geral, ao que se pensa, ou seja, àquilo que a *vox* designa, ao modo de compreensão ou conceito, ou seja, ao termo como conceito ou idéia compreendida. Elas não se referem, portanto, a toda a referência, mas a apenas um aspecto, que é fixado através de um conceito (*quatenus*).

Leibniz faz, embora não sempre, mas frequentemente, ainda uma outra distinção: (Coincidentes são o mesmo enunciado (apresentado) de modo diferente. Assim como reta de A por B e reta de B por A.)²⁴ Uma definição semelhante se encontra no escrito *Non inelegans specimen demonstrandi in abstractis* (por volta de 1960). “O mesmo também é chamado coincidência; enquanto A e A podem ser chamados idênticos, A e B se são o mesmo podem ser chamados de coincidentes.”²⁵

A coincidência é diferenciada, portanto, da identidade formal. Quando existe uma identidade do objeto designado apesar das diferentes designações, então se fala em uma coincidência. Trata-se, assim, de uma identidade material, não reconhecível formalmente. “Coincidentes são identidades estritas, embora de aparência diversa.”²⁶ Também a coincidência de afirmações

23 NE AVI, VI 287, WB III/2 37; Ishiguro leu com muita astúcia o mesmo de uma passagem bastante menos clara; C 261; Ishiguro (2) 23.

24 “Coincidentia sunt eadem diversimode enuntiata. Ut via recta ab A ad B a via recta a B ad A”: C 563.

25 “Eadem vocantur etiam coincidentia; aliquando tamen A quidem et A vocantur idem, A vero et B, si sint eadem vocantur coincidentia”: GP VII, 228.

26 “Coincidentia sunt severa eadem, quae tamen apparent diversa”: GP VII, 196.

e as afirmações sobre afirmações, bem como as afirmações sobre afirmações de afirmações são designadas por Leibniz coincidência. Conseqüentemente, Leibniz fala sobre coincidência comensurável e coincidência incommensurável, e não de identidade.²⁷

Um outro texto de *Elementa Calculi* parece contradizer tal análise das sentenças reduplicativas com auxílio da diferenciação de Frege entre sentido e referência. Ele afirma:

Se dois termos se contém mutuamente e são o mesmo, chamo-os de coincidentes. Por exemplo, a noção de triângulo coincide com a noção de trilátero, tudo o que está contido em uma está contido no outra, apesar de não parecer sempre a primeira vista; mas se um se decompõe do mesmo modo que o outro, ao final se resumem ao mesmo.²⁸

Através da análise de ambos conceitos triângulo e trilátero pode-se constatar que se trata em ambos os casos da mesma coisa. No texto seguinte Leibniz demonstra com o auxílio de duas definições nominais (*metallum ponderosissimum et fixissimum*) a plausibilidade de que estas designam o mesmo objeto; mas ele têm em vista aqui a referência, e não o sentido. Dois conceitos ou duas definições podem coincidir, não em seu significado (absolute loquendo), mas em sua referência.

II

Duas questões referentes ao tema das relações desempenham um papel central nas pesquisas de J. Hintikka e H. Ishiguro, a saber: 1) a questão do estatuto ontológico das relações e 2) a questão da possibilidade ou impossibilidade da redução das relações à predicação.

O estatuto ontológico das relações ocupa especialmente H. Ishiguro. Sobre esse problema são geralmente citados dois textos. Um deles é um trecho da quinta carta a Clarke, escrita em agosto de 1716, e o outro é um trecho da correspondência com Des Bosses do dia 21 de

27 C 408.

28 “Duos Terminos sese continentes et nihilominus aequales voco Coincidentes. Exempli causa notio trianguli coincidit in effectu notioni trilateri, is est tantundem continetur in una, quantum in altera, tametsi id prima fronte aliquando non appareat; sed si quis resolvat unum pariter atque alterum, tandem incidet in idem”: C 52.

abril de 1714, ambos, portanto, dos dois últimos anos de vida de Leibniz. A passagem em GP VII, 401 diz:

La raison ou proportion entre deux lignes L und M peut etre conçue de trois façons : comme raison du plus grand L au moindre M, comme raison du moindre M au plus grand L, et enfin comme quelque chose d'abstrait des deux, c'est à dire comme la raison entre L et M, sans considerer lequel est l'antérieur ou le postérieur, le sujet ou l'objet. Et c'est ainsi que les proportions sont considérées dans la Musique. Dans la première consideration, L le plus grand est le sujet ; dans la seconde, M le moindre est le sujet de cet accident, que les philosophes appellent relation ou rapport. Mais quel en sera le sujet du troisième sens ? On ne sauroit dire que tous les deux, L et M ensemble, soient le sujet d'un tel accident, car ainsi nous aurions un Accident en deux sujets, qui auroit une jambe dans l'un, et l'autre, ce qui est contre la notion des accidents. Donc il faut dire, que ce rapport dans ce troisième sens est bien hors des sujets ; mais que n'étant ny substance ny accident, cela doit etre une chose purement idéale, dont la consideration ne laisse pas d'etre utile.

Ishiguro reflete sobre o texto: "Leibniz não tem uma boa razão para acreditar que existe algo de contraditório sobre acidentes que possuem dois sujeitos".²⁹ Leibniz tem, na verdade, uma boa razão para tal, que ele expressa algumas linhas antes:

Car deux sujets differens, comme A et B, ne sauroient avoir precisement la même affection individuelle, un même accident individuel ne se pouvant point trouver en deux sujets, ny passer de sujet en sujet.³⁰

A verdade desta afirmação deve ser evidente para qualquer um. Um acidente individual, como, por exemplo, a coloração da íris de uma pessoa ou as linhas da impressão digital, que, assim como o próprio indivíduo, são determinadas no espaço e tempo, não podem estar ao mesmo tempo nos olhos ou no dedo de outra pessoa. Como acidentes individuais eles só podem pertencem a um indivíduo.

29 Ishiguro (1) 205.

30 GPVII, 401 5. Carta a Clarke, agosto 1716.

Angelelli tratou detalhadamente em seu livro sobre Frege, citado acima, a questão dos acidentes individuais, tão ignorada na história da ontologia, e mostrou de maneira convincente que essa descuido desde as *Categorias* de Aristóteles levou a diferenciações errôneas, especialmente também na interpretação de Leibniz feita por exemplo por B. Russell.³¹

Quando Leibniz considera a relação como *ens rationis cum fundamento in re*³², isto não é sua invenção, e sim a confissão da sua concordância com uma longa tradição ontológica. A escolástica tardia e parte dos contemporâneos de Leibniz (por exemplo Keckermann) consideram a relação como um *ens rationis cum fundamento in re* e não como um simples *ens rationis* ou *ens mentale* (por exemplo, uma chimera – Pegasus) ou “être de raison non raisonnante”³³, como o chamava Leibniz. Hintikka tem, portanto, razão quando ele fala que a idealidade da relação era opinião geral no tempo de Leibniz.³⁴ Na escolástica contrapôs-se o *ens rationis* (também *ens ideale*) ao *ens reale*, e subdividiu-se o *ens rationis* em *sine fundamento in re* (chimera) e *cum fundamento in re* (*entia mathematica*). Também Leibniz assume tal subdivisão, como se pode perceber em vários textos.³⁵

O assim chamado Reduccionismo de Leibniz pode ser compreendido como a retomada da relação como um *ens rationis cum fundamento in re* sobre este fundamento, a saber sobre o acidente individual espaço-temporal determinado, que não subsiste por si mesmo, e sim somente inerente à substância.³⁶ Também o segundo texto da correspondência com Des Bosses é favorável a uma tal interpretação:

Nenhuma modificação pode subsistir por si, mas demanda essencialmente um sujeito substancial; o que esses vínculos têm de real, eles o têm pela modificação de não importa qual mônada, e pela harmonia das mônadas entre si. Pois, você não admite, eu creio, um acidente

31 Angelelli (1) 9s - o quadrado ontológico, também 19s.

32 NE AVI, VI 145, Carta a Varignon de 2 fevereiro 1702 GM IV, 93 „De plus comme les racines imaginaires ont leur fundamentum in re... » sg. Kauppi 50.

33 GPVI, 432.

34 Hintikka 167.

35 Carta a Varignon, 2 fevereiro 1702 GM IV, 91s.

36 Sg. Hintikka 161.

que seja simultaneamente em dois sujeitos. E assim que eu julgo as relações: a paternidade em Davi e a filiação em Salomão são duas coisas distintas, mas a relação comum dos dois é coisa simplesmente mental, que tem seu fundamento na modificação dos singulares (Cf: Frémont, C., *L'Être et la relation. Lettres de Leibniz à Des Bosses, Vrin, Paris, 1999, p. 235.*)³⁷

Aqui Leibniz diz explicitamente o que a análise do outro texto já havia apresentado. A relação comum é uma coisa mental no sentido de ideal, cujo fundamento, todavia, são as modificações das substâncias individuais. Trata-se, portanto, de uma redução ontológica - Rescher também diz que todas e apenas as relações que se relacionam a substâncias individuais são redutíveis³⁸ -, e o estatuto da relação é muito mais forte do que a de um simples *ens mentale*, pois ela tem um fundamento na modificação das substâncias individuais, ou seja, nos seus acidentes individuais. Assim também o caso da paternidade e da filiação. Rescher tem razão: Leibniz teria certamente se alegrado com a descoberta da genética. Tanto a paternidade como a filiação são determinados no espaço-tempo, tanto o genotipicamente quanto fenotipicamente. Genotipicamente através da seqüência dos cromossomos, e fenotipicamente através de determinadas características no pai e no filho que são mensuráveis e passíveis de descrição.³⁹

Portanto, quando se fala da relação em Leibniz é preciso observar a diferença ontológica [*ontologische Gefälle*] que vai da substância individual subsistente como *ens reale*, dos acidentes individuais que inerem nessas, até a relação como *ens rationis cum fundamento in re* e entidade segunda.

A relação não desempenha de fato explicitamente um papel importante na filosofia de Leibniz. J. Hintikka mostra na verdade que Leibniz precisa de relações, senão a sua distinção

37 “Cum enim nulla modificatio per se subsistere possit, sed essentialiter postulet subjectum substantiale, ideo vincula illa, quod habent reale, habebunt in modificatione cujuslibet Monadis, et harmonia seu consensu Monadum inter se. Neque enim admittes credo accidens, quod simul sit in duobus subjectis. Ita de Relationibus censeo, aliud esse paternitatem in Davide, aliud filiationem in Salomone, sed relationem communem utrique esse rem mere mentalem, cujus fundamentum sint modificationes singulorum.”: GP II, 486; segundo Dr. Larry Hinkman (Austin, Texas) me informou, o mesmo exemplo em Constantinus Sarnanus em *De secundis intentionibus*, Venetis (1591) e em um certo Blancus (Freiburg) 50 anos antes.

38 Rescher 74.

39 Rescher 75; infelizmente Rescher não reconheceu o significado dos acidentes individuais; sg. Ishiguro (1) 192.

entre possibilidade e compossibilidade seria infundada. Mas a categoria ontologicamente mais importante é a substância simples ou mônada.⁴⁰

Cependant quoique les relations soyent de l'entendement, elles ne sont pas sans fondement et réalité. Car le premier entendement est l'origine des chose : et même la réalité de toutes chose excepté les substances simples, ne consiste que dans le fondement des perceptions ou des phenomenes des substances simples. Il en est souvent de même à l'égard des modes mixtes, c'est à dire qu'il faudroit les renvoyer plustost aux relations.⁴¹

Na lógica de Leibniz o papel da relação é, sabe-se, muito pequeno. As indicações sobre uma parte das formas de deduções não silogísticas, que contém relações e suas inversões, não são muito convincentes. Trata-se de uma problemática que Leibniz toma de forma não crítica da tradição, diferentemente de Jungius, mais crítico neste sentido. Tais formas de dedução já se encontram em Galen.⁴² Risse mostrou detalhadamente que também Jungius assumiu estas formas de dedução da tradição.⁴³ O mérito próprio de Jungius consiste na simbolização em forma de cálculo de uma parte destas formas de dedução, como por exemplo a inversão da relação.⁴⁴ Se Leibniz realmente tivesse interesse na lógica das relações, então ele poderia ter recorrido ao trabalho de Jungius, que ele bem conhecia.⁴⁵ Pode-se mostrar, por outro lado, a partir das análises gramaticais de Leibniz, que ele reduz sentenças relacionais a sentenças não-relacionais e, assim, pretende reduzir tudo a apenas três formas elementares, a saber, aos termos simples, a cópula "est" e os termos sincategorimáticos. Ele utiliza para isso sentenças reduplicativas com *quatenus*.⁴⁶ Ele não teve, todavia, sucesso com tal redução e eliminação das relações.⁴⁷

40 Hintikka 160-1.

41 NE A VI, VI 145.

42 Bochenski (2) 165.

43 Risse (1) 522.

44 Kangro (1) 63.

45 Sg. Kangro (1) 62, contra Ishiguro (1) 192.

46 C 280.

47 Sg. Rescher 72-3 relações redutíveis e não redutíveis; Hintikka 161.

III

Nesta análise se torna também claro que a tese de Russell e Couturat sobre o primado da lógica sobre a metafísica em Leibniz, que é reafirmada por Ishiguro⁴⁸ e J. Hintikka⁴⁹ não é correta, pelo menos no caso da relação. A teoria lógica da relação parece ser determinada pela ontologia, ou seja neste caso pela diferença ontológica entre substância – acidente individual, e não o contrário.⁵⁰ O texto de Leibniz usado para suportar a tese de Russell e Couturat, e que é citado por Ishiguro *apud* Couturat, afirma:

... eu chego assim á metafísica, e posso dizer, que é por amor a ela que eu passei por todos os seus degraus anteriores; pois eu percebi, que a metafísica verdadeira pouco se diferencia da verdadeira lógica, ou seja, da *ars inveniende* em geral; pois efetivamente a metafísica é a *theologia naturalis* e o mesmo Deus é a fonte de todo bem e também o princípio de todo conhecimento.⁵¹

Perceba-se que Leibniz fala aqui expressamente da lógica *verdadeira* e da metafísica *verdadeira*. Sob lógica verdadeira ele entende sem dúvida a *ars inveniendi* e sob a metafísica verdadeira a *theologia naturalis*, ou seja a *metaphysica specialis* e não a *metaphysica generalis* ou ontologia. Para explicar esta relação é necessário um pequeno excursus histórico.

Leibniz, em geral, não diferencia ontologia e metafísica na maneira usual de hoje. Mas a expressão “ontologia” realmente aparece. Na descrição do que abarca a *scientia generalis* como ciência do que é pensável também aparece a ontologia como “ciência do algo e do nada, do ente e do não ente, da coisa e da maneira da coisa, da substância e do acidente”.⁵²

O primeiro a utilizar a palavra “ontologia” no sentido da doutrina do *ens qua ens* foi o filósofo de Königsberg Abraham Calov (também chamado Calovius 1612 – 1686) em sua *Meta-*

48 Ishiguro (1) 213 e (2) 10.

49 Hintikka 189-90.

50 Também Rescher acentua que a teoria das relações de Leibniz é em primeira linha metafísica. Rescher 75.

51 GP IV, 292; A II, I 434 (1678).

52 C 512, FS 74 (1685).

physica divina.⁵³“O nome ‘ontosofia’ ou ‘ontologia’ é uma simples tradução da *scientia de ente* e derivada da tendência (barroca) muito comum no meio do século de complementar o vocabulário com o uso de palavras gregas.”⁵⁴“Ontologia’ significa para Calov a parte geral da metafísica, ou seja a *metaphysica generalis* em oposição à *metaphysica specialis*, que coincide em grande parte com a *theologia naturalis*. Leibniz parece pretender separar a *theologia naturalis*, enquanto metafísica verdadeira, da *scientia de ente* ou da *ontologia*.

Nos séculos 16 e 17 houve uma grande confusão na separação da lógica e metafísica. Ramus, por exemplo, negou a autonomia da metafísica em relação à lógica.⁵⁵ Suarez, por outro lado, separa claramente a metafísica da lógica.⁵⁶ No aristotelismo protestante recorreu-se à antiga diferenciação. Scheibler, por exemplo, separa lógica e metafísica de três maneiras: em relação ao objetivo: na metafísica o objetivo é especular, na lógica o operar; em relação ao gênero: a metafísica é *scientia*, a lógica é *ars*; em relação ao objeto: o da metafísica é o *ens*, o da lógica *rationes secundae*.⁵⁷ Alsted observou que a lógica trata do *modi praedicandi* e a metafísica o *modi essendi*.⁵⁸

Descartes pertencia, desse ponto de vista, à tradição de Ramus, e por isso Jungius o criticou por falta de diferenciação entre lógica e metafísica. Poder-se-ia falar em um certo “descuidado metalinguístico” como Mittelstraß o faz.⁵⁹ Jungius esclarece:

Eu critico em muito Descartes, um tão grande homem no demais, por seu muito pouco cuidado na lógica, quase a confundindo com a metafísica, ou seja, uma ciência reflexiva com uma ciência direta.⁶⁰

53 Wundt 83, 133s.; Janoska 647.

54 Wundt 94.

55 Ibid. 172.

56 Risse (1) 386.

57 Wundt 172.

58 Ibid. 173.

59 Mittelstraß 390.

60 Citado por Kangro (2) 202.

Em Grua I 36 encontra-se o seguinte texto de Leibniz:

Começamos, portanto, tratando de uma ciência mais geral, e que designamos neste lugar de Lógica ou de Metafísica. Pois a Metafísica trata das coisas no universo e suas propriedades, enquanto a lógica trata dos conceitos e das verdades que são consideradas sobre eles. Mas nem por isso confundo essas ciências.⁶¹

Ambas as ciências são, portanto, parte de uma única. Enquanto a metafísica se ocupa com as coisas e suas propriedades, a lógica tem como objeto os conceitos, bem como as verdades sobre os conceitos, ou seja, as proposições verdadeiras sobre os conceitos. A metafísica é a ciência que faz declarações sobre as coisas e suas propriedades, e a lógica a ciência que faz declarações sobre os conceitos. Isto não é uma simples retomada da teoria escolástica sobre *intentio prima et secunda*. Para Leibniz são todos os conceitos possíveis, i.e. não contraditórios, *entia realia* e todos os conceitos impossíveis, i.e. contraditórios são *entia rationis*, mas *sine fundamento in re*.⁶² Também Tschirnhaus defendia tal teoria.⁶³ Este é o passo decisivo para Leibniz. Assim a metafísica não é reduzida à lógica, mas os conceitos metafísicos se tornam acessíveis para a lógica. A consequência disto é que certas proposições, que até então estavam isoladas como sentenças metafísicas, podem ser reconstruídas logicamente.⁶⁴ Leibniz coloca assim as duas ciências no mesmo nível, mas nunca pretende misturá-las demais, como ele o diz neste texto. Realidade é cogitabilidade, “*nihil aliud enim realitas quam cogitabilitas*”⁶⁵, esta é a tese fundamental do racionalismo, que Leibniz também toma para si.

61 “*Incipiamus igitur a generaliori scientia, quam sive Logicam sive Metaphysicam voces nobis hoc loco perinde est. Agit enim ut Metaphysica de rebus in universum earumque proprietatibus, ita Logica de notionibus in universum et veritatibus quae circa illas considerantur. Sed non ideo tamen eas scientias confundo.*”

62 Sg. Risse (2) 194; Kauppi 42: Leibniz usa a partir de 1690 para isto o termo „ens“ e não mais “res” como em 1686; na DAC Leibniz fala da *intentio secunda* para nomes, que se referem a outros nomes, ou seja no nível metalingüístico, GP IV, 46, AVI, I 178.

63 Risse (2) 150.

64 Mittelstraße 514 e 524.

65 GP I, 272; Kauppi 40.

A teoria de Russell e Couturat também não é correta em termos genéticos, pois Kabitz e depois também Jasinowski demonstraram que Leibniz já defendia suas teses metafísicas fundamentais antes de ter desenvolvido a sua lógica, e que eles não levaram em conta de maneira adequada a influência de Plotino e do Neoplatonismo sobre Leibniz.⁶⁶

Se pretendemos criticar a tese de Russell e Couturat, temos de torná-la precisa. Se ela quer dizer que Leibniz desenvolveu uma lógica, e então “deduziu” desta a sua metafísica, então ela é errada. Ela não é correta historicamente, pois Leibniz já elaborou parte da suas teorias metafísicas muito antes da elaboração da sua lógica; e ela também não é correta sistematicamente, como se mostrou ao exemplo das relações. Neste caso vale o oposto: devido a uma tradição ontológica, ou seja a aceitação de acidentes individuais, Leibniz tira conseqüências para a sua lógica. Se ela quer dizer, todavia, que Leibniz queria fazer a sua metafísica completamente transparente para a lógica, então ela é correta. Neste sentido se pode inverter o argumento de Hintikka, pois se Leibniz ainda não dispunha de suas idéias lógicas, que fundamentam sua metafísica, então ele também não poderia ter “deduzido” a metafísica da sua lógica.⁶⁷

IV

Uma certa confusão conceitual sobre o assim chamado “nominalismo de Leibniz” se faz presente nesses estudos. Isto é um tanto lamentável, posto que Guhrauer⁶⁸ e Kabitz⁶⁹ já esclareceram muito sobre isto, e depois também Kauppi.⁷⁰ B. Mates esclarece que Leibniz estava mais próximo do nominalismo do que do platonismo⁷¹, e Ishiguro afirma que Leibniz concorda com o nominalismo de Ockham, mas rejeita o nominalismo de Hobbes e Locke.⁷²

66 Kabitz 38 Primat der Metaphysik von der Logik bei Leibniz, também 129s. Jasinowski 44, 112; Meyer 31s.

67 Hintikka 189-90.

68 Guhrauer 39s.

69 Kabitz 41s.

70 Kauppi 34-54.

71 Mates (3) 89.

72 Ishiguro (1) 200 e (2) 101; em relação às relações (2) 61.

A teoria, segundo a qual não há universais, foi defendida em toda sua radicalidade pela primeira vez por Roscellinus von Compiègne (*universale est vox*) já no século XI.⁷³ Chamar Ockham de nominalista neste sentido é errado. Tendo em vista a semântica triádica *vox-intellectus-res* da idade média, Ockham desloca o seu acento sobre o *modus intelligendi*, ou seja, sobre o *signum internum*, o signo ou conceito interno, no sentido do *conceptus subjectivus*. Este é considerado um universal, mais exatamente um *universale in repraesentando*, não *in praedicando*. Ockham é, portanto, um representante da teoria do universal na mente, como antes o grande lógico Abelardo (*universale est sermo*), e assim é um conceitualista.⁷⁴

Leibniz escreve no prefácio à Nizolius (1670) também sobre Roscellinus.⁷⁵ A sua definição do Nominalismo, que ele oferece nesse texto, suscita a suspeita de que ele neste tempo ainda é adepto do Nominalismo na forma de Roscellinus, pois ele diz:

Nominalistas são aqueles que pensam que tudo além das substâncias individuais são meros nomes e subtraem a realidade do universal como mera abstração.⁷⁶

Também naquele tempo se diferenciava entre os nominalistas dois grupos de filósofos, a saber, os nominalistas propriamente ditos, para os quais havia uma série de outras designações, e os Ockhamistas, ou seja, conceitualistas.⁷⁷ Leibniz parece ter primeiro simpatizado com o primeiro grupo, apesar de a diferença em relação aos Ockhamistas não ser clara para ele.⁷⁸ Ele adota de Ockham especialmente a famosa regra: “entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem”.⁷⁹ Mas mesmo nesse texto Leibniz rejeita o Nominalismo de Hobbes, o qual deveria ser

73 Überweg 207s.

74 A indicação sobre a teoria de Ockham sobre o *conceptus subjectivus* enquanto *universale in repraesentando* eu devo ao Dr. Larry Hickman (Austin, Texas).

75 GP IV, 157.

76 “Nominales sunt, qui omnia putant esse nuda nomina praeter substantias singulares, abstractorum igitur et universalium realitatem prorsus tollunt”: Ibid.

77 Guhrauer 40s.

78 GP IV, 158; Belaval 36: Leibniz 1663 Nominalist; também segundo Kauppi 35.

79 GP IV, 158.

mais bem caracterizado como “Convencionalismo”⁸⁰ e que Leibniz chama de “Sobrenominalismo”. Leibniz descreve este Convencionalismo assim:

Não satisfeito com o Nominalismo que reduz universais aos nomes, (ele) até mesmo disse, o que é ainda mais, que a verdade das coisas consiste em nomes que dependem do arbítrio humano porque a verdade depende da definição dos termos, e as definições dos termos dependem do arbítrio humano.⁸¹

Sete anos depois nos *Dialogus* de 1677 Leibniz argumenta contra Hobbes da seguinte maneira:

Mesmo que os signos sejam arbitrários, o seu uso e as suas conexões têm algo que não é arbitrário, a saber, uma certa proporção entre os signos e as coisas, assim como as relações dos diversos signos que expressam a mesma coisa. E essa proporção ou relação é o fundamento da verdade. Pois ela garante que, usemos estes ou aqueles outros signos, o resultado seja sempre o mesmo, ou pelo menos que os resultados que encontramos são equivalentes e em certa medida correspondam um ao outro. De qualquer modo, algum signo sempre será necessário para o pensamento.⁸²

Leibniz concorda com Hobbes que a correspondência dos signos aos objetos designados é sempre convencional. Mas eles possuem uma relação (*proportio*) com as coisas que não é arbitrária, e os signos que designam a mesma coisa têm uma espécie de relação entre si que também não é arbitrária.

80 Belaval 37; corresponde ao termo francês “conventionalisme”.

81 “Non contentus enim cum Nominalibus universalia ad nomina reducere, ipsam rerum veritatem ait in nominibus consistere, ac, quod majus est, pendere ab arbitrio humano, quia veritas pendeat a definitionibus terminorum, definitiones autem terminorum ab arbitrio humano”: GP IV, 158.

82 “Nam etsi characteres sint arbitrarii, eorum tamen usus et connexio habet quiddam quod non est arbitrarium, scilicet proportionem quandam inter characteres et res, et diversorum characterum easdem res experimentium relationes inter se. Et haec proportio sive relatio est fundamentum veritatis. Efficit enim, ut sive hos sive alios characteres adhibeamus, idem semper sive aequivalens seu proportione respondens prodeat. Tametsi forte aliquos semper characteres adhiberi necesse sit ad cogitandum.”: GP VII, 192.

Ao analisar este texto mais precisamente pode-se constatar que a verdade se apóia sobre quatro relações, uma sintática, uma semântica, uma pragmática e uma relação entre diferentes sistemas de signos. A relação sintática é aquela entre os signos bem escolhidos de um sistema, cujo critério consiste em que esta relação também se encontre entre as coisas. Leibniz chama de “proportio” a relação entre os signos de um sistema e as coisas designadas e considera que ela representa a relação semântica. A terceira relação vigora entre os diferentes sistemas $S_1, S_2, S_3, S \dots S_n$, que consistem de diferentes signos, todos bem escolhidos, e expressam as mesmas relações. O consenso necessário das pessoas sobre os signos, que, ainda que arbitrários, são escolhidos segundo alguns critérios, expressa a relação pragmática.⁸³ Verdadeiro é aquilo que é *invariantemente* expresso numa série de sistemas compostos de signos bem escolhidos. Trata-se de uma antiga teoria escolástica, que se encontra, por exemplo, nas *Summulae Logicales* de Petrus Hispanus, mas que certamente não tem nele sua origem. Importante para o nosso problema neste texto é, especialmente, o fato de que Leibniz supõe a existência de relações invariantes entre as coisas.

Um argumento importante de Mates e Ishiguro a favor do Nominalismo de Leibniz, a saber, que espaço, tempo e relações, ou seja, as *entia mathematica* são simplesmente mentais, já foi enfraquecido.⁸⁴ (sg. II). Eles são *entia rationis cum fundamento in re*, e têm, portanto, fundamento nas substâncias individuais.

Enquanto em uma primeira fase Leibniz argumenta contra o convencionalismo de Hobbes, num segundo momento ele argumenta contra o sensualismo de Locke. Especialmente nos NE⁸⁵ Leibniz critica a posição de Locke no contexto desta temática, a saber, a teoria da verdade de Locke. Locke defende a tese que a verdade deve ser compreendida como a relação e separação de signos. Leibniz analisa esta tese e chega à conclusão, que nem a relação de termos em uma proposição gera a verdade, nem representa a separação uma negação (p.e. *homme sage*). Também não é a conveniência ou inconveniência o que uma proposição expressa. Resultado: não se deve procurar a verdade nas palavras. A linguagem mudaria, então, a verdade; e além disso pode-se atribuir a verdade a Deus, o qual não usa signos. Se se diferenciasse a verda-

83 GPVII, 193.

84 Mates (3) 89, Ishiguro (1) 201.

85 NE AVI, VI 396-7, também GPVI, 404.

de segundo os signos, ou seja, segundo algo material, então se distinguiria verdade de papel e verdade de pergaminho, escrito à tinta preta ou impressa. Leibniz sugere, portanto, localizar a verdade na relação entre objetos das idéias, se uma idéia está contida numa outra ou não. Posto que “idéia” nos NE é sinônimo de “conceito”, o que Leibniz faz é reduzir a verdade à relação de inclusão entre conceitos, ou seja, ele introduz a sua teoria analítica da verdade.

Também na questão dos termos gerais Leibniz argumenta contra Locke nos NE. Locke afirmou que os termos particulares são os primários, servindo os gerais ou *appellativa* somente para o aperfeiçoamento linguagem. Leibniz apresenta quatro argumentos para apoiar a tese de que os termos gerais não servem apenas para aperfeiçoar a linguagem, mas sim pertencem necessariamente à linguagem. 1) Se só tivéssemos termos singulares sem *appellativa*, então seria impossível sequer falar, pois ter-se-ia de recorrer a cada momento aos termos singulares ao se tratar de acidentes individuais ou de ações, sobre os quais tanto se fala. 2) Se se entende por coisas particulares (especiais) as espécies mais baixas (*species infimas*), então estes já são “conceitos gerais fundamentados sobre semelhança”. 3) Os termos mais gerais são até mesmo os mais importantes e mais fáceis de serem formados, pois eles são menos cheios de determinações em relação às idéias ou essências que eles incluem, mesmo tendo uma maior extensão de indivíduos que eles incluem. 4) Crianças e pessoas que pouco dominam uma linguagem ou um tema acerca do qual eles querem se expressar, utilizam expressões gerais como “coisa”, “planta” ou “animal”.⁸⁶

O fundamento epistemológico desta teoria de Leibniz é o fato que a idéia é, de um lado, o objeto direto do nosso pensar e, do outro lado, a forma permanente, que sempre permanece em nós, mesmo quando não pensamos nela. “Eu concordo, pressuposto que ela é objeto *direto interno* e que este objeto é uma expressão da natureza ou das qualidades das coisas”⁸⁷ A idéia é, portanto, não apenas objeto direto, mas também interno do pensar, isto é acentuado contra Malebranche. Locke afirmou, bem no sentido do sensualismo, que as idéias só estão na nossa mente, quando pensamos nelas, e cada vez que nós pensamos nelas novamente, temos outras idéias do mesmo objeto, que são semelhantes as idéias anteriores.⁸⁸

86 NE AVI, VI 275, WB III/27; die Sprache ist also zum großen Teil empragmatisch im Sinne von P. Lorenzen.

87 NE AVI, VI 109.

88 DM § XXVI GP IV, 451; EN 378-9.

Resumindo: pelo menos para o Leibniz maduro existem conceitos gerais, que não estão nos nomes, pois estes são signos materiais. Existem, todavia, idéias gerais que estão virtualmente sempre na nossa mente, e existe nas coisas um fundamento para os conceitos gerais. Leibniz oscila na questão dos universais entre um conceptualismo e um realismo moderado.⁸⁹ Isso é expresso também na variação da fórmula: “nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu” com o adicional “nihil ipse intellectus”.⁹⁰ Durante a fase madura da sua filosofia Leibniz não foi nem convencionalista no sentido de Hobbes nem sensualista no sentido de Locke. Mates e Ishiguro só tem razão se eles entendem por “nominalismo” o conceptualismo, ao qual também pertence Ockham.

V.

Dois autores tratam o problema do “importe existencial” ou da classe vazia, detalhadamente H. Ishiguro⁹¹ e rapidamente J. Hintikka.⁹² Sabe-se que Leibniz dedicou a este problema um escrito próprio, a saber *Difficultates quaedam Logicae* (DQL) de 1690.⁹³ Neste texto ele tenta resolver o “importe existencial” através da *conversio per accidens* e da subalternação.

1) Através da diferenciação do possível e real no sentido de potencial e atual.

2) Através da inclusão e identidade do conceito (lógica intensional) ao invés da relação classe-indivíduo, inclusão ou identidade de classes.

3) Através da transformação da sentença universal afirmativa na interpretação da lógica de classes em uma implicação formal, ou seja em $\forall x f(x) \rightarrow g(x)$.

Esta última formulação deve ter sido a interpretação de Leibniz, que ele mesmo considera válida. Ela diz, que todos os x, se os x são humanos, então x são mortais. Com isso não se afirma

89 Kauppi 48: Leibniz assumiu o ponto de vista realista gradualmente; sg. Hartmann 5-6.

90 NE AVI, VI 110-1.

91 Ishiguro (2) 15 e 125s.

92 Hintikka 188s.

93 GPVII, 211-7.

nada sobre a existência, pois se afirma apenas que o x tem a propriedade da mortalidade, se x tem a propriedade de ser um ser humano.⁹⁴

Em um texto de juventude Leibniz relaciona 2) e 3). Ele diz:

Deve ser feita uma distinção entre as proposições per se e per accidens, p.ex. dizemos simplesmente sem qualquer qualificação: todo humano é racional, mas não dizemos simplesmente: todo humano é branco, apesar de ser verdadeiro, porque a brancura não está ligada diretamente à humanidade; mas dizemos: todo que é humano é branco. De modo similar, não dizemos: todo músico é branco, mas sim: todo que é músico é branco.⁹⁵

Leibniz distingue nesta passagem entre predicados que pertencem ao sujeito essencialmente e, portanto, estão contidos no conceito, e predicados que lhe pertencem acidentalmente e, portanto, não estão contidos no conceito. Eles pertencem a todos os indivíduos que estão subsumidos ao sujeito (contudo também a outros indivíduos) e devem ser interpretados, portanto, extensionalmente. Neste caso a sentença geral não diz *omnis A est B* (todos os seres humanos são racionais), mas sim *omnis que est A est B* (todos os que são humanos são também racionais). Ela é formulada como em DQL hipoteticamente, pois a sentença relativa deve ser introduzida com “se eles” ou “caso eles”, ou seja: $\tau x f(x) \tau g(x)$.⁹⁶

Nos NE Leibniz acentua que as verdades eternas são sempre condicionais. Elas dizem na verdade: se isto ou aquilo é dado, então também isto ou aquilo outro. Se eu digo, por exemplo, que toda figura que tem três lados também tem três ângulos, então não digo nada diferente do seguinte: pressupondo que uma figura tenha três lados, então esta mesma figura tem três ângulos.⁹⁷

94 Sg. Lorenzen 16; Lorenzen mostra em sua apresentação da silogística que o e a só precisam ser considerados contrários, não contraditórios; isto basta, sg. Lorenzen 18.

95 “Distinguendum autem inter propositiones per se et per accidens, v.g. recte simpliciter dicimus: Omnis homo est rationalis, sed non recte dicimus : omnis homo est albus, etsi verum sit quia albedo humanitati immediate non cohaeret ; sed dicendum : omnis qui est homo, est albus. Similiter non dicemus: Omnis Musicus est albus, sed: omnis qui est Musicus est albus.”: GP IV, 118.

96 Sg. Risse (2) 204; Grua II, 537 „Propositio A est B hoc significat: si quid est A, id est B”; Bochenski (2) 259-60 cita um texto muito parecido de Johannes a Santo Thoma.

97 NE AVI, VI 446, WB III/2 463.

Historicamente muito significativo é o fato que Leibniz fala no mesmo capítulo sobre a *constantia subjecti* dos escolásticos:

Les Scholastiques ont fort disputé de constantia subjecti, comme ils l'appelloient, c'est à dire, comment la proposition faite sur un sujet peut avoir une verité réelle, si ce sujet n'existe point. C'est que la verité n'est que conditionnelle, et dit, qu'en cas que le sujet existe jamais, on le trouvera tel.⁹⁸

A formulação hipotética é, portanto, a solução de Leibniz para este antigo problema. Também nas *Generales Inquisitiones* de 1686 Leibniz esclarece bem no sentido da escolástica:

Para que permaneça de modo que toda proposição seja verdadeira ou falsa, considero falsa toda proposição que carece de um sujeito consistente, i.e. um termo real.⁹⁹

A *constantia subjecti* era para os escolásticos a condição necessária e suficiente para a verdade de uma proposição afirmativa categórica. Buridan p.e. formula isso assim:

Para a verdade de uma proposição afirmativa categórica é necessário que os termos, a saber o sujeito e o predicado, sejam válidos para a mesma ou as mesmas coisas.¹⁰⁰

Da mesma maneira vale:

Se o sujeito ou o predicado de uma proposição afirmativa categórica não denota nada, então a proposição é falsa.¹⁰¹

Na teoria escolástica da suposição existe além disso uma ampliação (*ampliatio*) para determinados verbos que são de grande importância para a classe vazia, posto que a maioria das sentenças em questão é formada com estes verbos.

98 NE AVI,VI 447.

99 "Ut scilicet maneat omnem propositionem vel veram vel falsam esse, falsam autem omnem esse cui deest constantia subjecti, seu terminus realis.": GI C 393; sg. Ishiguro 128-9.

100 Citado por Moody 34.

101 Citado por Moody 39.

Todos verbos que são transitivos em relação ao futuro, passado ou para coisas possíveis bem como para presentes, mesmo quando eles estão no presente, são ampliativos para termos para todos os tempos, presente, passado, futuro ou apenas possibilidade.¹⁰²

A esta classe de verbos pertencem por exemplo “compreender”, “saber”, “reconhecer”, “significar” e “representar”. Esta ampliação significa que “representar” pode ter um importe existencial em um sentido fático, quando aplicado ao presente ou passado. Em afirmações modais bem como em tais, que se referem ao futuro, entende-se o que se chama de “logicamente possível”. Por isso Buridan afirma que um termo pode representar coisas, que nunca existiram, não existem e nunca existirão, desde que seja possível para esta coisa existir.¹⁰³ Para Leibniz vale ao invés da possibilidade a compossibilidade.

VI.

Os resultados desta investigação são:

I. Leibniz restringe a sua definição da identidade como substituição *salva veritate* a textos extensionais. Esta restrição tem a ver com a diferença entre significado e referência e com a suposição de uma semântica com três níveis.

II. A relação é, para Leibniz, um *ens rationis cum fundamento in re* para Leibniz - ou seja não simples *ens mentale* ou *ens rationis sine fundamento in re*, como muitas vezes suposto. Ela tem seu fundamento nos acidentes individuais. Apenas relações de substâncias individuais são redutíveis a predicados.¹⁰⁴

III. Leibniz simplesmente não defende a tese de que a ontologia seja completamente dependente da lógica, como Russell e Couturat o interpretam. A teoria da relação é, por exemplo, em primeira linha ontológica. A sua intenção é, na verdade, tornar a ontologia acessível para a lógica e, assim, logicamente transparente.

102 Moody 56-7.

103 Ibid. 57-8.

104 Sg. Rescher 72-3.

IV. Leibniz não é nominalista no sentido de Roscellinus, nem convencionalista no sentido de Hobbes ou sensualista no sentido de Locke. Ele oscila entre um conceptualismo do tipo de Ockham e um realismo moderado, como o de Aristóteles.

V. Leibniz não aceita o importe existencial nem para proposições particulares nem para universais. Para evitá-lo, ele utiliza a implicação formal para a formulação de proposições universais, apoiando-se nisto em idéias da tradição.

Esta investigação mostra, além disso, que uma interpretação séria das teorias lógicas e filosóficas de Leibniz pressupõem um conhecimento detalhado da lógica e filosofia escolástica. Quem não pensa em Abelardo, nos Summulistas ou nos lógicos do século 14 ao ler os termos “reduplicativo”, “constatia subjecti”, “secundum et tertium adjacens” e “acidente individual”, ou que não conhece os fundamentos da teoria das suposições terá grandes dificuldades em sua interpretação de Leibniz. A linguagem de Leibniz é em grande parte ainda escolástica, ou seja, ele conhecia as teorias escolásticas diretamente, ou ele a assumiu através da linguagem. Considerando o livro de M. Wundt sobre o aristotelismo protestante no século 17, as pesquisas de E. Gilson sobre a dependência de Descartes da escolástica ou na História da Lógica da Modernidade de W. Risse, torna-se claro que Leibniz, neste sentido, não representa uma exceção a esta tradição.

Não é minha intenção fazer de Leibniz um representante da escolástica. Isto nem é possível, pois partes da sua lógica que dependem do desenvolvimento de uma *characteristica universalis*, ou seja, seu cálculo aritmético e algébrico só são compreensíveis no contexto da matemática e filosofia do século 17. O presente texto pretende apenas mostrar que indicações de elementos escolásticos são parte essencial da interpretação de Leibniz, os quais, apesar de alguns estudos, ainda têm sido muito negligenciados. As excelentes publicações, nos quais se baseia este artigo, são prova de que se fizeram muitos progressos. Especialmente H. Ishiguro e B. Mattes discutiram em algumas passagens teorias escolásticas em sua relação com Leibniz. Este é um novo aspecto da pesquisa de Leibniz que certamente ainda trará muitos resultados.

Tradução de Guido Imaguire